

1 **Abertura** – Às 09hs10min do dia 30 de agosto de 2006, no auditório da Companhia
2 Nacional de Abastecimento-CONAB, sediado no SIA Quadra 6C, Brasília-DF, teve início a
3 segunda reunião ordinária da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos
4 Povos e Comunidades Tradicionais, a qual teve as palavras de abertura proferidas pelo
5 **Sr. Gilney Viana**, Secretário de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável do
6 Ministério do Meio Ambiente. Os trabalhos foram presididos pelo Senhor **Aderval Costa**
7 **Filho** – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Secretariados pelo **Sr.**
8 **Jorg Zimmermann** – Ministério do Meio Ambiente. Estiveram presentes: **Pedro Ramos**
9 **de Souza** (titular) representante do Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS; **Célia**
10 **Regina das Neves Favacho** (suplente) representante do Conselho Nacional dos
11 Seringueiros – CNS); **Márcia Guelpa** (titular) representante da Associação de
12 Preservação da Cultura Cigana - APRECI; **José Carlos da Silva** (suplente) representante
13 do Centro de Estudos e Discussão Romani – CEDRO; **Patrícia Stur** (titular) representante
14 da Associação dos Moradores, Amigos e Proprietários dos Pontões de Pancas e Águas
15 Brancas - AMAPPAB; **Valmir Parintintin** (titular) representante da Coordenação das
16 Organização Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB; **José Barbosa dos Santos**
17 (suplente) representante da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do
18 Nordeste, Minas e Espírito Santo - APOINME; **Maria Adelina Alves de Souza** (titular)
19 representante do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco de Babaçu -
20 MIQCB, **Maria Aláides de Souza Chagas** (suplente) representante da Associação em
21 áreas de Assentamento do Estado do Maranhão - ASSEMA; **Acir Túlio** (titular)
22 representante da Rede Faxinal; **Hamilton José da Silva** (suplente) representante da
23 Rede Faxinal; **Renato Alves Rios** (titular) representante da Associação de Mulheres
24 Agricultoras Sindicalizadas - AMAS; **Raquel Pereira da Silva Santos** (suplente)
25 representante da Associação de Mulheres Agricultoras Sindicalizadas - AMAS; **Josilene**
26 **Brandão da Costa** (titular) representante da Coordenação Nacional de Articulação das
27 Comunidade Negras Rurais Quilombolas - CONAQ; **Jhonny Martins de Jesus** (suplente)
28 representante da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidade Negras Rurais
29 Quilombolas -CONAQ; **Lucely Moraes Pio** (suplente) representante da Articulação Pacari
30 de Plantas Medicinais do Cerrado; **Valdivino Rodrigues de Souza** (titular) representante
31 da Coordenação Estadual de Fundo de Pasto do Estado da Bahia; **Carlos Eduardo**
32 **Cardoso Lima** (suplente) representante da Coordenação Estadual de Fundo de Pasto da
33 Bahia; **Cláudia Regina Sala de Pinho** (titular) representante do Fórum Matogrossense de

34 Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - FORMAD; **Dauro Marcos do Prado**
35 (titular) representante da Rede Caiçara de Cultura, **Arnaldo Rodrigues Neves Junior**
36 (suplente) representante da União dos Moradores da Juréia; **Raimundo Konmannanjy**
37 (titular) representante da Associação Cultura de Preservação do Patrimônio Bantu -
38 ACBANTU; **Geraldo Vitor da Silva Filho** (suplente) representante do Ministério da
39 Cultura; **Márcia da Mota Pinto** (suplente) representante do Ministério do Trabalho e
40 Emprego; **Alexandre Zananire Cordeiro** (suplente) representante do Instituto Brasileiro
41 de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; **Rosane de Mattos** (titular)
42 representante da Fundação Nacional do Índio; **Paula Balduino de Melo** (suplente)
43 representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário; **Raimunda Nonata Carlos**
44 **Ferreira** (titular) representante da Fundação Nacional de Saúde; **Aderval Costa Filho**
45 (suplente) representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e
46 **Jorg Zimmermann** (suplente) representante do Ministério do Meio Ambiente).
47 Participaram ainda: **Benedito Claudio de Oliveira Mendes** (ACBANTU/REDE KODYA);
48 **Roberto Alves de Almeida** (INCRA); **Martinho Anomade** (FUNAI/CGDC); **Maria Isabel**
49 **Rodrigues** (SEPPIR); **Julia Otero** (SAIP/MDS); **Leslye Ursini Bonbonatto** (SAIP/MDS);
50 **Lucila B. Beato** (SE/MDS); **Deis Siqueira** (CNPT/IBAMA); **Érika Fernandes Pinto**
51 (DISAM/IBAMA); **Sandra T. Faillace** (SDS/MMA); **Teresa Cristina Moreira** (SDS/MMA);
52 **Ricardo Burg Milynarz** (DEA/MMA); **Cláudio Picanço** (SCA/MMA); **Isabella F. B.**
53 **Ferreira** (SCA/MMA); **Iara Monteiro Attych** (DAN/UnB). A pauta da reunião
54 compreendeu os seguintes itens: I. **ABERTURA**; II. **INSTALAÇÃO DOS TRABALHOS**;
55 **II.1 – Leitura e aprovação da Pauta da 2ª Reunião Ordinária**; **II.2 – Aprovação da Ata**
56 **da 1ª Reunião Ordinária**; **III – ORDEM DO DIA**; **III.3 – Leitura, debate e votação do**
57 **Regimento Interno da Comissão Nacional**; **III.4 – Apresentação sintética dos**
58 **resultados do trabalho do Grupo de Coordenação para as Oficinas Regionais para a**
59 **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades**
60 **Tradicionais e para os trabalhos do dia**; **III.5 – Apreciação e votação do texto base**
61 **para a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e**
62 **Comunidades Tradicionais**; **IV – ASSUNTOS DE ORDEM GERAL**: **IV.6 - Informe**
63 **gerais**; **IV.7 – Palavra aberta aos Membros**; **IV.8 – Encerramento**. O Sr. **Aderval Costa**
64 **Filho** iniciou a reunião às 10h15min, com a leitura da pauta, a respeito da qual solicitou a
65 inversão dos itens da ordem do dia, e a inclusão de um novo item no mesmo tópico,
66 passando este item a ter a seguinte configuração: **ORDEM DO DIA**; **III.3 –**

67 **Apresentação sintética dos resultados do trabalho do Grupo de Coordenação para**
68 **as Oficinas Regionais para a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos**
69 **Povos e Comunidades Tradicionais e para os trabalhos do dia; III.4 – Apresentação**
70 **Sintética da Metodologia dos Trabalhos em Grupo; III.5 – Apreciação e votação do**
71 **texto base para a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e**
72 **Comunidades Tradicionais; III.6 – Leitura, debate e votação do Regimento Interno**
73 **da Comissão Nacional.** Colocada em votação a pauta foi aprovada com as alterações
74 sugeridas pela mesa. Em seguida, o Sr. **Aderval Costa Filho** passou a palavra para Sra.
75 **Teresa Cristina Moreira**, assessora técnica da Secretaria Executiva, para que
76 procedesse à leitura da Ata da 1ª Reunião da Comissão Nacional, ocorrida nos dias 02 e
77 03 de agosto de 2006, em Brasília, DF. Feita a leitura e acrescentadas as modificações
78 solicitadas pelos senhores membros, a ata foi posta em votação tendo sido aprovada.
79 Dando início à apreciação da Ordem do Dia, o Sr. **Jorg Zimmermann**, Secretário
80 Executivo substituto, solicitou à **Sra. Josilene Brandão da Costa** que procedesse à
81 apresentação do item III.3 da pauta. A este respeito, a representante da CONAQ informou
82 que o Grupo de Coordenação foi eleito durante a 1ª Reunião Ordinária para definir e
83 operar as questões referentes à execução das Oficinas Regionais para a Política Nacional
84 de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, às quais será
85 submetido o texto base resultante dos trabalhos realizados pela Comissão durante esta
86 segunda reunião. Informou também que os principais pontos debatidos pelo Grupo de
87 Coordenação, em sua reunião ocorrida nos dias 14 e 15 de agosto em Brasília foram: a
88 proposta metodológica; os critérios adotados para a mobilização da sociedade civil e o
89 papel dos membros da Comissão representantes dos povos e comunidades tradicionais
90 na execução das Oficinas. Quanto ao primeiro ponto, mencionou que a metodologia
91 proposta pela Secretaria Executiva foi considerada bastante adequada, contudo, foi
92 proposto pelos membros não-governamentais que fossem incluídos durante a
93 programação momentos de confraternização e atividades lúdicas, visando dar maior
94 descontração aos eventos, uma vez que faz parte das tradições dos povos e
95 comunidades tradicionais que as atividades coletivas sejam permeadas por estes
96 momentos, o que daria maior leveza às atividades diante da elevada carga de trabalho
97 prevista para os eventos. Informou também que foi considerado estratégico que os
98 representantes de povos e comunidades tradicionais participassem das equipes de
99 coordenação e das equipes de execução das Oficinas, sendo que uma das atribuições a

100 serem assumidas seria, justamente, a realização das atividades lúdicas. Neste sentido,
101 quanto à participação dos representantes de povos e comunidades tradicionais nas
102 oficinas, foi definido que cada equipe teria, além de um Coordenador Geral representante
103 do Governo Federal, um Coordenador Adjunto representando aqueles povos e
104 comunidades. Além disso, também ficou definido que cada um dos quatro grupos de
105 trabalho a serem constituídos em cada uma das oficinas deveria ser composto por um
106 moderador, um relator e um coordenador de grupo, este último obrigatoriamente um
107 representante dos povos e comunidades tradicionais. Com relação aos Coordenadores
108 Adjuntos, a Sra. **Josilene Brandão** esclareceu que foi considerado oportuno que estes
109 fossem eleitos entre os membros não-governamentais que já compunham o Grupo de
110 Coordenação, o que foi bem aceito pela Plenária. Informou, por fim, que com relação aos
111 critérios adotados para a mobilização da sociedade civil, o Grupo pensou estratégias que
112 fossem adequadas à realidade de cada uma das regiões onde seriam realizadas as
113 Oficinas. Neste sentido, a distribuição das vagas foi pensada tendo em consideração os
114 grupos existentes em cada região, sua representatividade regional e o nível de
115 organização dos segmentos envolvidos. Em seguida, o **Sr. Aderval Costa Filho**, passou
116 para o próximo ponto da pauta, **Item III.4** – Apresentação sintética da metodologia dos
117 trabalhos em grupo. A apresentação foi feita pela **Sra. Sandra Faillace**, gerente da
118 Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável, do Ministério do meio
119 Ambiente, responsável pela proposta apresentada pela Secretaria Executiva, a qual
120 propôs que tal metodologia fosse aplicada durante os trabalhos de apreciação do item
121 III.5 a fim de que os membros da Comissão, bem como os técnicos envolvidos tivessem a
122 oportunidade de conhecer a metodologia proposta e sanar eventuais dúvidas. A proposta
123 foi aceita sem objeções pela plenária, razão pela qual os senhores membro da Comissão
124 passaram a se inscrever para um dos quatro grupos de trabalho temáticos a serem
125 formados no período da tarde. Na seqüência, o **Sr. Aderval da Costa Filho**, propôs que
126 se desse prosseguimento aos assuntos da pauta, passando ao **Item III.5**. A **Sra. Leslye**
127 **Ursini**, assessora técnica da Secretaria de Assuntos Institucionais e Parcerias do
128 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, passou a fazer uma leitura
129 integral do texto-base consolidado pela Secretaria Executiva para a Política Nacional de
130 Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Esclareceu que tal
131 leitura seria importante para que todos tivessem conhecimento dos acréscimos
132 apresentados pelos membros da comissão após a 1ª Reunião Ordinária, as quais foram

133 encaminhadas pelas seguintes instituições: Fundação Cultural Palmares; Fundação
134 Nacional do Índio; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério do Desenvolvimento
135 Social e Combate à Fome; Ministério do Meio Ambiente e Coordenação dos Fundos de
136 Pasto do Estado da Bahia. Finda a leitura do texto, os presentes foram convidados a
137 compor os grupos de trabalho, formados de acordo com os eixos temáticos propostos
138 para a política. Os trabalhos em grupo foram realizados até as 19h 20min do dia 30 de
139 agosto, tendo continuidade das 9h 30min às 16h 40min do dia 31. Às 17h 00min a sessão
140 plenária foi retomada pelo **Sr. Jorg Zimmermann** que convocou os grupos a
141 apresentarem seus resultados. A **Sra. Sandra Faillace** ressaltou a metodologia a ser
142 adotada durante a plenária, esclarecendo que os grupos apresentariam seus resultados,
143 indicando inicialmente os pontos acordados e, por fim, os pontos não consensuados no
144 grupo. Ressaltou que o papel da plenária não seria o de refazer o trabalho do grupo,
145 mas sim ajudar os grupos a chegarem a um consenso sobre os pontos em abertode
146 forma que ao final da apresentação e debate sobre os resultados de cada grupo, o bloco
147 de propostas estivesse aprovado pela plenária. Apenas pontos não abordados e
148 considerados relevantes poderiam ser incluídos no texto durante a plenária. Feitos estes
149 esclarecimentos cada grupo apresentou seus resultados, tendo a sessão se encerrado às
150 18h30min. Em 01 de setembro de 2006, os trabalhos foram retomados às 9h30min, com a
151 continuação da apresentação dos trabalhos em grupo, seguindo-se o debate em plenária.
152 Ao final da apresentação de todos os grupos o **Sr. Jorg Zimmermann** propôs que se
153 avançasse para a apreciação do próximo item da pauta a fim de que fossem definidas as
154 regras para o regime de votação na Comissão e após este item, se retornasse para a
155 votação do texto-base da PNPCT efetivamente. Aceita a proposta, a **Sra. Teresa Cristina**
156 **Moreira** fez a leitura do texto de Regimento Interno para a Comissão Nacional proposto
157 pela Secretaria Executiva, passando, na seqüência, aos debates. Feitas e registradas as
158 alterações propostas, o **Sr. Jorg Zimmermann** colocou o texto em votação, o qual foi
159 aprovado com os seguintes votos favoráveis: **Pedro Ramos de Souza** (Conselho
160 Nacional dos Seringueiros – CNS); **José Carlos da Silva** (Centro de Estudos e
161 Discussão Romani – CEDRO); **Patrícia Stur** (AMAPPAB); **Valmir Parintintin** (COIAB);
162 **Maria Adelina Alves de Souza** (MIQCB); **Acir Túlio** (Rede Faxinal); **Josilene Brandão**
163 **da Costa** (CONAQ); **Lucely Moraes Pio** (Articulação Pacari de Plantas Medicinais do
164 Cerrado); **Valdivino Rodrigues de Souza** (Coordenação Estadual de Fundo de Pasto);
165 **Cláudia Regina Sala de Pinho** (FORMAD); **Dauro Marcos do Prado** (Rede Caiçara de

166 Cultura), **Raimundo Konmannanjy** (ACBANTU); **Rosane de Mattos** (FUNAI/CGDC);
167 **Paula Balduino de Melo** (MDA); **Raimunda Nonata Carlos Ferreira** (FUNASA); **Jorg**
168 **Zimmermann** (SDS/MMA). Não houve votos contrários ou abstenções. Retomando o item
169 III.5, o Sr. Jorg Zimmermann colocou em votação o texto-base para a Política Nacional de
170 Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, a ser levado a
171 público durante as Oficinas Regionais de Rio Branco, Belém, Cuiabá, Curitiba e Paulo
172 Afonso, o qual foi aprovado com os seguintes votos favoráveis: **Pedro Ramos de Souza**
173 (Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS); **José Carlos da Silva** (Centro de Estudos
174 e Discussão Romani – CEDRO); **Patrícia Stur** (AMAPPAB); **Valmir Parintintin** (COIAB);
175 **Maria Adelina Alves de Souza** (MIQCB); **Acir Túlio** (Rede Faxinal); **Josilene Brandão**
176 **da Costa** (CONAQ); **Lucely Moraes Pio** (Articulação Pacari de Plantas Medicinais do
177 Cerrado); **Valdivino Rodrigues de Souza** (Coordenação Estadual de Fundo de Pasto);
178 **Cláudia Regina Sala de Pinho** (FORMAD); **Dauro Marcos do Prado** (Rede Caiçara de
179 Cultura), **Raimundo Konmannanjy** (ACBANTU); **Rosane de Mattos** (FUNAI/CGDC);
180 **Paula Balduino de Melo** (MDA); **Raimunda Nonata Carlos Ferreira** (FUNASA); **Jorg**
181 **Zimmermann** (SDS/MMA). Não houve votos contrários ou abstenções. Dando
182 prosseguimento à pauta, relativamente ao item IV – Assuntos de Ordem Geral, o **Sr.**
183 **Aderval Costa Filho** passou ao ponto 7 – Informes gerais, convidou o **Sr. Alberto Silva**,
184 da Diretoria de Conservação da Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente a fazer
185 um informe sobre a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e a Política
186 Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no Sistema Único de Saúde. Quanto
187 à Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, **Alberto Silva** fez uma
188 apresentação relatando o processo de instituição da mesma por meio do Decreto 5.813,
189 de 22 de julho de 2006, e o atual estágio dos trabalhos do Grupo de Trabalho
190 Interministerial - GTI, compostos pelos seguintes órgãos governamentais: Casa Civil da
191 Presidência da República; Ministério da Integração Nacional; Ministério do
192 Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Ministério do Desenvolvimento Agrário;
193 Ministério da Ciência e Tecnologia; Ministério do Meio Ambiente; Ministério da Agricultura,
194 Pecuária e Abastecimento; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;
195 Ministério da Cultura; Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e Fundação
196 Oswaldo Cruz – FIOCRUZ. Alberto Silva esclareceu ainda que o GTI tem entre suas
197 principais atribuições a elaboração de um Programa Nacional de Plantas Medicinais e
198 Fitoterápicos, enfatizando a importância da participação dos povos e comunidades

199 tradicionais, razão pela qual os Ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento
200 Agrário estão propondo seminário a ser realizado na primeira quinzena de setembro do
201 presente ano, com representantes dos povos e comunidades tradicionais, visando obter
202 subsídios para a elaboração do PNPMF, uma vez que o GTI não conta com a participação
203 direta da sociedade civil. Por fim, o **Sr. Alberto Silva** avaliou que as Oficinas Regionais
204 para a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades
205 Tradicionais seria uma ótima oportunidade para apresentar e debater junto aos
206 participantes as questões relacionadas tanto ao PNPMF quanto à inserção das plantas
207 medicinais e fitoterápicos no Sistema Único de Saúde - SUS, sendo que tal debate
208 poderia se dar em reuniões de trabalho realizadas nos intervalos das atividades das
209 Oficinas. Disse que tal oportunidade seria impar tendo em vista que o prazo máximo para
210 a finalização da proposta do Programa Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos
211 ocorrerá no mês de outubro. Solicitaram a palavra, **Jô Brandão, Pedro Ramos de**
212 **Souza, Arnaldo Neves Júnior, e Raimundo Konmannanjy**. Jô Brandão afirmou que o
213 tema é, sem dúvida, relevante e de interesse dos povos e comunidades tradicionais,
214 entretanto, questionou o fato do mesmo só estar sendo levado ao conhecimento da
215 Comissão Nacional no final do processo de debates para a elaboração do Programa,
216 razão pela qual considera que se existe real interesse na participação dos povos e
217 comunidades tradicionais neste debate, o GTI deveria também ser composto por
218 representantes destes segmentos, assim como o prazo para a elaboração do Programa
219 deveria ser revisto de modo a possibilitar uma participação efetiva da sociedade civil.
220 Quanto à possibilidade de serem realizadas reuniões de trabalho durante as Oficinas
221 Regionais, **Raimundo Konmannanjy** ponderou que não achava a medida adequada,
222 pois todo o processo de organização das Oficinas já está sendo debatido a bastante
223 tempo e acredita que, devido à complexidade do próprio tema das Oficinas, a introdução
224 de um novo assunto – PNPMF – poderia gerar uma grande confusão aos participantes.
225 Além do mais, seria misturar assuntos que embora tenham uma certa interface,
226 encontram-se em estágios de amadurecimento diferentes o que agrava ainda mais a
227 possibilidade de os participantes, além de exaustos com as atividades já previstas para as
228 Oficinas, terminem confundindo os temas, o que prejudicaria ambos os trabalhos. **Pedro**
229 **Ramos de Souza e Arnaldo Neves Júnior** concordaram com as ponderações feitas por
230 **Josilene Brandão e Raimundo Konmannanjy**, enfatizando que a melhor alternativa
231 seria garantir a extensão do prazo e a abertura para a participação da sociedade civil no

232 processo de construção do Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos.
233 **Valmir Parintintim**, solicitou à Secretaria Executiva que ficasse registrado em ata que os
234 Povos Indígenas se retiravam desta reunião por haver, dentro do movimento indígena,
235 especialmente quando da realização da 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre
236 Diversidade Biológica, o entendimento de que estes povos não dialogarão mais sobre o
237 uso dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade, principalmente no caso
238 dos conhecimentos relativos às plantas medicinais em razão do histórico de apropriação
239 indevida destes saberes por outros setores da sociedade. Retomado o debate, **Josilene**
240 **Brandão** propôs aos presentes que fosse elaborada uma moção, a ser encaminhada ao
241 GTI, com as seguintes reivindicações : ampliação do prazo e participação da sociedade
242 civil no GTI ou participação em uma câmara técnica criada para o diálogo com este setor.
243 A moção foi redigida e assinada pelos presentes, ficando a Secretaria Executiva
244 responsável por encaminhá-la ao Grupo de Trabalho Interministerial. Retomando a pauta,
245 o **Sr. Aderval Costa Filho** abriu a palavra aos membros e, não havendo mais
246 manifestações, deu por encerrada a reunião, a qual foi celebrada pela **Sra. Marcia**
247 **Guelpa** e pelo **Sr. José Carlos da Silva** às 19h10min. Eu, **Teresa Cristina Moreira**, por
248 solicitação da Presidência, lavrei a presente ata.

249

250

251

252

253

Heliana Kátia Campos

Presidente

Gilney Viana

Secretário-Executivo

254